

Estamos certos

Detalhes Criado Em Terça, 29 Março 2016 07:22 Última atualização em Terça, 29 Março 2016 07:22 Escrito Por Marco Antonio



Tweetar

No artigo da semana passada (22), falamos como a implantação da Nova Matriz Econômica - NME no governo Dilma 1, trouxe para a arrecadação federal do governo Dilma 2 o maior estrago já visto nas últimas décadas. Mostramos com os dados da Receita Federal, que a NME reduziu, drasticamente, a arrecadação federal. Bilhões e bilhões de reais em tributos foram perdidos pela estagnação da economia e por concessões de subsídios indevidos, errados e sem a contrapartida necessária daqueles que receberam o benefício do juro subsidiado.

Terminamos o artigo dizendo: "Com a arrecadação degradingolada, só vai restar ao governo federal mais escorcho do contribuinte ou declarar um déficit público na casa de R\$100 bilhões de reais, projeção atual do mercado, esquecendo o valor desejado por Barbosa que se tornou utópico como é esse governo."

E estamos certo. Apenas um dia depois da publicação do artigo, o ministro da Fazenda, Nelson Barbosa, anunciou que o governo federal irá propor ao Congresso Nacional a alteração da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO (2016), saindo de uma proposta de superávit primário de R\$24 bilhões de reais para um déficit primário de R\$96,65 bilhões de reais.

Acontece que a redução não será de R\$96,65 bilhões, pois temos que levar em consideração que toda a proposta orçamentária anual foi elaborado tendo como referência o superávit primário de R\$24 bilhões de reais. Assim, para chegarmos ao valor proposto agora, de déficit primário, temos que abater os R\$24 bilhões projetados na LDO. Explico melhor: Como o saldo era positivo de R\$24 bilhões, para encontrar o novo valor negativo de R\$96,65 bilhões, será necessário alcançar o zero da equação, ou seja, temos que retirar o valor positivo para depois entrarmos no campo negativo.

Portanto, o importe total são os valores propostos para o déficit mais o superávit, o que dá R\$120,65 bilhões de reais (96,65+24) de redução.

Dilma 1 começou a gerar esse rombo quando decretou o intervencionismo no setor privado em quatro situações: 1. redução da tarifa de energia elétrica, sem antes verificar a capacidade de geração; 2. redução dos juros, sem antes verificar a capacidade de endividamento das pessoas, solvência do sistema financeiro e capacidade de produção da indústria; 3. contenção dos preços dos combustíveis para controlar a inflação, sem antes perguntar se a Petrobras suportaria subsidiar o consumo sem provocar queda no seu caixa, tornando-se a empresa mais endividada do mundo, e; 4. os subsídios para os diversos setores da economia, de escolha privilegiada pelo Planalto, sem antes perguntar se era necessário ou se a renúncia fiscal cabia no Orçamento Público.

Pelo item 4, o atual ministro da Fazenda pode ser inabilitado por oito anos para o exercício de cargo público pelo Tribunal de Contas da União - TCU. Nelson Barbosa foi quem assinou, em outubro de 2012, a Portaria n. 357 - MF, que atualizou as



diretrizes do Programa de Sustentação do Investimento - PSI, onde o BNDES oferecia empréstimo em condição mais vantajosa do que o custo de captação do Tesouro, ou seja, o governo emprestava com juros mais barato do que o próprio governo tomava emprestado no mercado. Essa diferença, de nome 'equalização da taxa de juros', deveria ser pago ao BNDES pelo Tesouro depois de 24 meses da transação financeira.

Vendo essa situação de caos em que se encontra a economia e a política, o contribuinte deve ficar ciente de que o conserto do estrago provocado por Dilma, quando acabar seu mandato, vai levar no mínimo 5 anos. O novo governo além da necessidade de cortar despesa, terá que aumentar tributo. Alto preço para pagarmos pela contabilidade criativa e pedalada fiscal de Dilma e companhia. No final, somos o pato amarelo da avenida paulista.

Marco Antonio Mourão de Oliveira, 39, é advogado, especialista em finanças pela Fundação Dom Cabral-BH/MG, pós-graduando em direito tributário na Universidade de Uberaba- www.mouraoliveira.com

COMENTÁRIOS

O Portal de notícias Jornal Opinião informa aos seus leitores que não se responsabiliza pelas consequências jurídicas sobre as opiniões divulgadas nos campos de comentários, e que as postagens de conteúdo ofensivas serão excluídas do portal.

relacionados

29/03/2016

Uma breve análise sobre o Atlas da Violência 2016

A garantia de um ambiente de convívio social seguro e pacífico é um requisito fundamental para que os cidadãos possam exercer seus direitos...

28/03/2016

Anísio Teixeira (1900-1971)

Muito pouco lido e muito mais ignorado, os textos de Anísio Teixeira retornaram aos nossos olhos com intensa força por causa das edições ...

24/03/2016

Quatro sombras afligem a realidade brasileira

Em momentos de crise, assomam quatro sombras que estigmatizam nossa história cujos efeitos perduram até hoje. A primeira sombra é nosso passado c...

23/03/2016

FHC, Lula, Dilma, a conta de Aécio em Liechtenstein etc.: todos estão com contas pendentes

Mais: nos próximos dias virá uma tonelada de delações e provas das empreiteiras. Se forem imparciais, muitos políticos e partidos ...

